

POLÍTICAS DE INCLUSÃO E AS RECOMENDAÇÕES DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO E SUPERIOR NO BRASIL

Aline Sarmiento Coura Rocha, alinecourasj@gmail.com, UNINOVE/CAPES- Brasil

Geuid Cavalcante da Silva Filho, geuidfilho@ifpi.edu.br, UNINOVE/IFPI- Brasil

Rosemary Roggero, roseroggero@uol.com.br, UNINOVE-Brasil

Resumo

O presente trabalho aborda as políticas educativas de inclusão no âmbito do ensino médio e superior, no período de 2003 a 2014. O problema de investigação consiste em saber qual a resposta brasileira às recomendações internacionais em relação à inclusão de parcelas da população jovem no ensino médio e superior. O objetivo é analisar a influência das recomendações dos organismos internacionais sobre as políticas educacionais para o ensino médio e superior brasileiros, na perspectiva de inclusão dos jovens em processos de escolarização e profissionalização. Para isto, realizamos um recorte histórico das políticas educacionais para o ensino médio e superior nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014); analisamos os principais documentos com recomendações dos organismos internacionais para o ensino médio e o ensino superior; e investigamos a influência das recomendações dos organismos internacionais sobre essas políticas educacionais bem como a resposta a essas recomendações. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. Adotamos como referencial teórico a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt.

Palavras-chave: Políticas Educativas. Ensino Médio e Ensino Superior. Organismos Internacionais.